



GOVERNO DO BRASIL

Presidente da República  
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Ciência e Tecnologia  
Sérgio Machado Rezende

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Diretora  
Ima Célia Guimarães Vieira

Coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação  
Nilson Gabas Júnior

Coordenador de Comunicação e Extensão  
Nelson Sanjad

COMISSÃO DE EDITORAÇÃO

Presidente  
Nilson Gabas Júnior

Editores Associados  
Mário A. G. Jardim (Botânica)  
Maria Emília da C. Salles (Ciências da Terra)  
Ulisses Galatti (Zoologia)  
Lourdes Gonçalves Furtado (Antropologia)  
Maura Imázio da Silveira (Arqueologia)  
Ana Vilacy Galúcio (Linguística)

Editora  
Angela Botelho

Designer gráfico  
Andréa Pinheiro

Estagiárias  
Karla Barros, Sidia Reis

Museu Paraense Emílio Goeldi

# AMAZÔNIA

## ALÉM DOS 500 ANOS



Organizadores

Louis Carlos Forline  
Rui Sérgio Sereni Murrieta  
Ima Célia Guimarães Vieira

Belém - Pará - Brasil  
2006



# TRADIÇÃO ORAL E ARQUEOLOGIA

na história indígena no Alto Rio Negro

*"O futuro da arqueologia é o passado".*  
Bruce G. Trigger, 1978

## INTRODUÇÃO

A compreensão do impacto da colonização européia sobre as sociedades indígenas da Amazônia é uma das tarefas mais importantes da arqueologia Amazônica. A colonização européia provocou significativas rupturas nos padrões econômicos, demográficos e políticos da Amazônia nativa pré-colonial. Embora ultimamente tenha havido um crescimento da população indígena no Brasil, hoje estimada em torno de 350.000 indivíduos, esse valor ainda é bem distante dos quase seis milhões de pessoas estimado para o início do século XVI (DENEVAN, 1992). O tamanho das povoações indígenas contemporâneas é razoavelmente pequeno, raramente chegando a mais de algumas centenas de pessoas. As exceções são as grandes aldeias Tikuna do alto Solimões, como Campo Alegre (SHORR, 2000), ou Iauareté no médio Uaupés (NEVES, 2000). A arqueologia, por outro lado, indica que algumas

<sup>1</sup> Professor da Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia (edgneves@usp.br).

aldeias pré-coloniais na Amazônia eram de tamanho maior, possivelmente ocupadas por milhares de indivíduos (HECKENBERGER *et al.*, 1999; MYERS, 1973; ROOSEVELT, 1993).

Parece claro, assim, que a instalação do sistema colonial no Brasil provocou profundas modificações em modos de vidas antigos ameríndios, incluindo a diminuição populacional. É, entretanto, incorreto supor que a colonização europeia tenha sido um processo expansivo uniforme. Os padrões de organização social e política das sociedades indígenas contemporâneas são resultantes das sociedades indígenas históricas de eventos marcados por conflito, aliança, fuga, abandono ou extermínio. Para uma compreensão mais ampla desses processos é importante entender como se organizavam e articulavam politicamente os povos indígenas amazônicos nos séculos anteriores ao início da colonização europeia, tarefa essa essencialmente arqueológica. Neste texto discuto essas idéias verificando a antiguidade e as transformações da rede regional exogâmica multi-étnica encontrada entre os povos indígenas da bacia do Alto Rio Negro, na fronteira da Colômbia, Venezuela e Brasil. Trabalho aqui com a premissa de que a dinâmica das mudanças sociais no Alto Rio Negro foi estruturalmente condicionada por categorias sociais e culturais nativas, uma conclusão a que se chega através do uso combinado de evidências arqueológicas, lingüísticas e etnográficas

As sociedades pré-coloniais amazônicas eram integradas política e economicamente em redes regionais multi-étnicas cujas origens e história só há pouco começaram a ser entendidas (ARVELLO; BIOD, 1994; DREYFUSS, 1993; VIDAL; ZUCCHI, 2000). Fontes dos séculos XVII e XVIII indicam que as redes de comércio escravo indígena colonial – que ligavam o interior da Amazônia aos diferentes assentamentos coloniais europeus do litoral da Guiana e do baixo Amazonas – foram construídas com base em antigas rotas do comércio indígena pré-colonial, que conectavam áreas remotas do norte da América do Sul (FARAGE, 1991; SWEET, 1974; VIDAL; ZUCCHI, 2000).

A existência de antigas redes de comércio é corroborada, por exemplo, pela extensa distribuição de muiraquitãs entre os sítios arqueológicos do baixo Amazonas e algumas partes do Caribe (BOOMERT, 1987). Por outro lado, as tradições orais contemporâneas

dos Índios Wakuénai da bacia do Alto Rio Negro na Venezuela, revelam um sofisticado conhecimento geográfico do universo de rios que formam as bacias do Orinoco e do Amazonas, bem distantes do Alto Rio Negro, conforme indicado pelos locais visitados pelo herói criador mítico Kwái em suas viagens ancestrais.

Jonhatan Hill (1993), Robin Wright (1994) e Silvia Vidal (VIDAL; ZUCCHI, 2000) mostraram que nos cantos cerimoniais dos Wakuénai e Hohodene – ambos dos grupos lingüísticos Maripuran-Arauák da bacia do Alto Rio Negro – o herói criador Kwai viaja por uma ampla área na Bacia Amazônia – indo da cordilheira dos Andes ao delta do Orinoco, da foz do Amazonas e acima (HILL, 1993, p. 45, Fig. 2. 3; WRIGHT, 1994, p. 139, Fig. 1). Embora alguns dos locais visitados por Kwai, como Portugal e as cidades de Belém e Rio de Janeiro, possam estar historicamente correlacionados com a conquista europeia, é provável que esses locais tenham sido introduzidos em uma narrativa mítica cujas origens antecedem o século XVI. Como diz Hill (1993, p. 47-48), “em seus esforços para entender o período colonial, os Wakuénai não congelaram as mudanças históricas em uma ordem mítica estática mas integraram ativamente a chegada dos povos ocidentais”. Chernela (1988) faz um comentário similar sobre uma versão modificada do mito de criação do mundo dos Tukano, obtido por ela entre os Arapaço do baixo Uaupés. A característica surpreendente sobre os mapas das viagens míticas do Kwai, é que os locais visitados por ele dificilmente correspondem aos locais onde as línguas Maipuran-Arauák são ou foram faladas.

Os sistemas regionais da Amazônia podem ser caracterizados por uma série de aspectos básicos. Em primeiro lugar, são multi-étnicos, sendo a língua um importante marcador étnico. Em segundo lugar, são integrados por atividades religiosas periódicas e também por redes de comércio, neste caso com produção especializada de diferentes tipos de mercadorias, utilitárias e não utilitárias. Em terceiro lugar, como o nome indica, estes são sistemas regionais onde interagem regularmente populações locais dispersas em aldeias às vezes localizadas dezenas de quilômetros de distância. Da maneira como são identificados hoje, os sistemas regionais são encontrados na periferia da bacia Amazônica. No Brasil os casos mais conhecidos são as bacias do Alto Xingu e do Alto Rio Negro, localizadas, respectivamente, às margens sudeste

e noroeste do Amazonas. Nesse texto, apresentarei um esboço da história do sistema regional do Alto Rio Negro através do uso da tradição oral indígena, arqueologia e lingüística.

### O ALTO RIO NEGRO E SEUS POVOS

A bacia do Alto Rio Negro é uma das áreas de produtividade biológica primária mais baixa na Amazônia, devido aos solos arenosos e altamente ácidos lá encontrados (Figura 1). (JORDAN, 1985, p. 90; MORAN, 1993, p. 40). Esses fatores edáficos exercem um impacto direto sobre os padrões de vegetação e sobre as características químicas das águas do Negro e seus principais afluentes (JORDAN, 1985, p. 89-90). Três tipos básicos de vegetação são encontrados: grandes extensões de igapós, florestas de terra firme e campinaranas, cuja ocorrência está correlacionada com o aumento do conteúdo de areia nos solos (JORDAN, 1985, p. 90; PIRES; PRANCE, 1985, p. 139).

A vegetação de campinarana apresenta folhas e cascas grossas com abundância de líquen e musgo nos galhos e também na superfície do solo (PIRES; PRANCE, 1985, p. 141). As árvores são geralmente pequenas e finas com a maior parte da sua biomassa na camada da raiz e não acima da superfície (MORAN, 1993, p. 40). Em alguns locais as campinaranas são interrompidas por trechos de pura areia, uma paisagem notadamente diferente do que se poderia

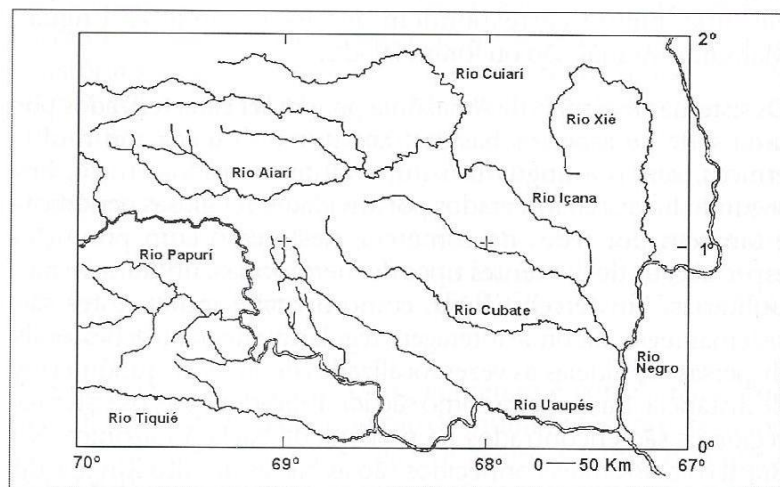


Figura 1. A Bacia do Alto Rio Negro e seus principais rios.

esperar em uma floresta tropical úmida. Pires e Prance (1985, p. 140) relatam que as campinaranas se desenvolvem em áreas onde o clima é adequado para floresta, mas onde fatores limitantes restringem a cobertura vegetal. Segundo estes autores (PIRES; PRANCE, 1985, p. 140), as campinaranas apresentam uma flora peculiar e um número geralmente menor de espécies do que as florestas de terra firme (Figura 2).

Florestas de terra firme incluem maior diversidade de espécies e apresentam maior média no tamanho das árvores do que as campinaranas, sendo encontradas nos topos de colinas ou em outros locais onde o solo apresenta maior conteúdo de argila do que o das campinaranas. É nesses locais que as árvores são derrubadas para a abertura de roças de toco para o cultivo de mandioca.

Todos os anos, na época da chuva, as águas dos rios sobem e alagam as florestas adjacentes, bloqueando a drenagem dos seus tributários menores, formando grandes áreas de igapós (JORDAN, 1985, p. 90). No Uaupés, como em outros locais da bacia do rio Negro, matas de igapós são dominadas por grandes concentrações de palmeiras Jauarí (*Astrocaryum jauary*), cujos frutos servem de alimento para várias espécies de peixes.

O Negro e seus principais tributários são rios de águas pretas. Na bacia Amazônica, as diferenças na cor da água estão relacionadas aos



Figura 2. Mata de campinarana da Bacia do Alto Rio Negro, no interflúvio entre os rios Uaupés e Aiari.

níveis de pH da água e à biomassa total dos afluentes dos rios (JUNK; FURCH, 1985). A cor preta e o pH do rio Negro resultam da presença de componentes ácidos dissolvidos na água, um processo que se acredita estar ligado às condições do solo ao longo dos afluentes e das áreas de drenagem do rio e seus afluentes (GOULDING *et al.*, 1988, p. 35). Os rios de águas pretas não contêm os nutrientes importantes necessários para produção primária *in situ* e a maioria das fontes de alimento são derivadas de fontes externas aos rios, principalmente da floresta adjacente (CHERNELA, 1985, p. 81). Conseqüentemente, alguns dos maiores mamíferos aquáticos e peixes encontrados ao longo do rio Amazonas e seus principais afluentes não são encontrados na bacia do Alto Rio Negro (Figura 3).

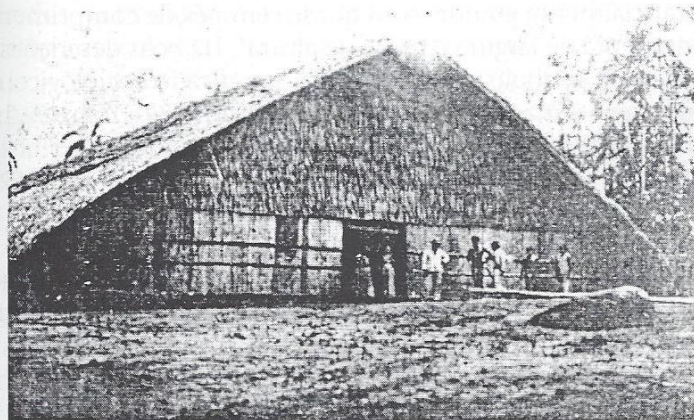
A bacia do Alto Rio Negro é uma das áreas etnograficamente melhor conhecidas das terras baixas da América do Sul, graças a uma série de etnografias, crônicas e relatos escritos desde o século XVIII por missionários, militares, burocratas e naturalistas (ÅHREN, 1981; BIDOU, 1972, 1977; BRÜZZI, 1962; BUCHILLET, 1990, 1992; CHERNELA, 1993; CORREA, 1980-1981, 1983-1984; GALVÃO, 1959, 1964; GOLDMAN, 1948, 1963; C. HUGH-JONES, 1979; S. HUGH-JONES, 1979; JACKSON, 1976, 1983; KOCH-GRÜNBERG, 1909-1910; REICHEL-DOLMATOFF, 1971; REID, 1979; RIBEIRO, 1995; SILVERWOOD-COPE, 1990, entre outros). Essas fontes nos mostram que os povos indígenas do Alto Rio Negro compartilham uma série de características culturais, que os fazem parecer únicos quando comparados com outras sociedades de florestas tropicais



Figura 3. Vista da Cachoeira de Caruru, no rio Uaupés, com armadilhas fixas de pesca. Cachoeiras são locais de pesca mais produtiva em rios de água preta como o Uaupés.

conhecidas. Devido a isso, o Alto Rio Negro tem sido destacado como uma área ou sub-área cultural distinta nas terras baixas da América do Sul, como pode ser visto nas classificações apresentadas por Steward (1948), e Galvão (1960).

As sociedades do alto rio Negro compartilham também muitas características culturais com diferentes populações espalhadas por uma grande área da Amazônia Ocidental. Entre essas características, encontram-se o uso religioso de máscaras de casca de árvore, habitação em malocas, consumo de alucinógenos, incluindo o caapi (*Banisteriopsis caapi*) e paricá (*Virola sp.*), ritos secretos ligados à iniciação masculina envolvendo a exibição e o uso de flautas de Juruparí e, finalmente, o uso de grandes gongos sinalizadores de madeira, conhecidos como "trocanos". A presença desses elementos em uma vasta área sugere que a Amazônia Ocidental tenha sido uma área de intensa interação cultural no passado pré-colonial. Até hoje extensas trilhas terrestres cobrem grandes áreas no alto rio Negro (NEVES, 2000, cap. 5; VIDAL, 1988). Portanto, é plausível que os intercâmbios e o contato tenham-se realizados não apenas através de rios e igarapés, mas também pelos interflúvios. A essa relativa padronização cultural, sobrepõe-se uma grande diversidade lingüística, já que essa grande área é ocupada por povos falantes de uma série de línguas independentes, isoladas ou sem parentesco entre si, como Yagua, Tikuna, Bora-Witoto, Jivaro, Tukano, Maku etc. (URBAN, 1992) (Figura 4).



Maloca do Capitão Nicolau, em Jauareté — Cachoeira. Rio Uaupés

Figura 4. Maloca antiga no Alto do Rio Negro. Atualmente, essas formas de habitação para várias famílias, quase não mais existem no lado brasileiro do Alto Rio Negro.

A característica mais surpreendente da organização social das sociedades Tukano do rio Uaupés é a sua natureza regional. Stephen Hugh-Jones (1993, p. 96) fornece uma descrição útil sobre a organização social das sociedades Tukano da bacia do Uaupés: divisão em cerca de vinte grupos patrilineares exogâmicos, ligados a territórios específicos e falantes de línguas diferentes, mas relacionadas. Nesse sistema a língua funciona como um símbolo de identidade: normalmente, uma pessoa deve casar com outra que fala uma língua diferente da sua, consequência da preferência por casamentos entre primos cruzados (ÅRHEN, 1981, p. 152; CHERNELA, 1993, p. 55; C. HUGH-JONES, 1979; JACKSON, 1976, p. 76, 1983, p. 132). Devido à patrilocalidade, o jovem permanece na casa de seu pai, enquanto a jovem muda para a casa dos pais do seu marido após o casamento. Conseqüentemente, há um movimento constante de mulheres, tanto no tempo como no espaço. Como existe uma razoável diversidade lingüística na área, é comum encontrar famílias formadas por casais que falam diferentes línguas nativas.

Tradicionalmente, aldeias Tukano eram formadas por uma ou mais malocas de plano retangular – algumas com dúzias de metros de comprimento e vários metros de largura – como as visitadas por Alfred Russel Wallace e Richard Spruce no Uaupés, no século XIX. Depois de sua primeira visita ao Uaupés, Wallace (1905, p. 190) assim descreveu uma maloca: “Era uma construção substancialmente grande, com quase cem pés de comprimento, por quarenta de largura e trinta de altura”. Há boas descrições da arquitetura, simbolismo complexo e significado sociológico das malocas em várias etnografias do século XX (BRÜZZI, 1962; S. HUGH-JONES, 1979, 1985, 1993; REICHEL-DOLMATOFF, 1971; RODRIGUES LAMUS, 1958, entre outros). S. Hugh-Jones, em 1985, mostrou que as malocas encontradas no Uaupés podem ser consideradas uma variação do padrão geral de construção de malocas, encontrado no Noroeste Amazônico, desde a margem norte do Alto Amazonas até a margem oeste do Orinoco. O mesmo pode ser dito em relação à distribuição de diferentes formas de máscaras de cascas de árvores encontradas nessa área mais extensa.

No século XIX, os assentamentos foram descritos como sendo formados por uma ou duas malocas com diferentes famílias nucleares, cada uma delas representava uma unidade produtiva

relativamente autônoma. Atualmente, estas malocas não são mais construídas do lado brasileiro do Uaupés, tendo sido destruídas pelos Missionários Salesianos durante o século XX. Entretanto, ainda podem ser encontradas no lado Colombiano.

A organização social hierárquica e as regras da descendência patrilinear também distinguem os Tukano do Uaupés das outras sociedades da Floresta Tropical – situação que se opõe aos relacionamentos igualitários supostamente características dessas sociedades. De fato, devido a essas características, alguns autores sugerem que os Tukano do Uaupés eram, na realidade, organizados em sociedades politicamente complexas antes da conquista européia e que a organização social hierárquica e a descendência patrilinear são resíduos dessas antigas formações sociais complexas (ÅRHEN, 1981, p. 152, S. HUGH-JONES, 1993). Outras hipóteses foram também formuladas na tentativa de correlacionar a emergência da hierarquia com as características da escassez ecológica da área (CHERNELA, 1993; MORAN, 1991).

O entendimento dessas questões deve ser feito a partir do estudo das fontes coloniais históricas primárias, da tradição oral indígena e da lingüística. A arqueologia pode, no entanto, proporcionar uma perspectiva cronológica mais profunda que as fontes históricas, que obviamente retroagem apenas até o século XVI. A arqueologia também pode calibrar cronologicamente os eventos narrados na tradição oral que deixaram traços identificáveis no registro arqueológico. Na África, eventos narrados em tradições orais – e identificáveis no registro arqueológico – são freqüentemente representações simbólicas de processos ou episódios concretos de mudanças no poder político e econômico (SCHMIDT, 1990, p. 270). Na Amazônia a mesma correlação pode ser proposta, isto é, pode-se esperar que narrativas de episódios de ruptura, com consequências duradouras e ocorrência determinada, sejam também transmitidas oralmente ao longo das gerações e se manifestem no registro arqueológico.

As etnografias do Alto Rio Negro em geral, e do Uaupés em particular, fornecem esquemas históricos hipotéticos que podem ser arqueologicamente avaliados (NIMUENDAJÚ, 1950; REICHEL-DOLMATOFF, 1989). Esses esquemas podem ser testados mais detalhadamente para que se entenda a relação entre a história

das formações sociais multiétnicas e a pressão exercida pelos colonizadores europeus, na medida em que avançavam para o interior da Amazônia e forçavam os Ameríndios nativos em direção a áreas de refúgio, como a bacia do Alto Rio Negro. É sabido que o tráfico escravo colonial causou um colapso drástico nas populações indígenas na bacia do Alto Rio Negro. Estima-se que, durante as primeiras décadas do século XVIII, aproximadamente 20.000 índios foram retirados à força de suas terras e escravizados (WRIGHT, 1991). Isso ocorreu à medida que os portugueses avançaram rio acima pelo Negro, construindo povoações e fortalezas no local dos antigos assentamentos indígenas, dentre os quais estão Barcelos e São Gabriel da Cachoeira.

No final do século XIX e no início do século XX, a população local sofreu um grande declínio devido ao ciclo de extração da borracha. Durante este período, segundo relatos obtidos através da tradição oral, muitas aldeias se transferiram para o interior da floresta, a fim de evitar ataques de surpresa por parte dos seringueiros brasileiros e colombianos que perambulavam pelo Uaupés. Histórias sobre atrocidades praticadas durante a era do ciclo da borracha são ouvidas até hoje. Entre estas, as atrocidades cometidas pelos perversos irmãos Albuquerque, que conquistaram uma notória e sangrenta reputação (MEIRA; POZZOBOM, 1999, p. 297). Foi a casa de um desses patrões, o mais benevolente Don Germano Otero y Garrido, que o etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg usou como base enquanto viajava ao longo do Alto Rio Negro, no início do século XX.

Antes de tentar avaliar essas hipóteses históricas, é importante examinar os padrões da distribuição lingüística no Uaupés para verificar como esses padrões podem esclarecer o passado da região.

#### LÍNGUAS INDÍGENAS NO ALTO RIO NEGRO: A CHAVE PARA COMPREENDER O PASSADO

Cinco importantes grupos lingüísticos indígenas são encontrados hoje na bacia do rio Negro. No curso superior do rio Negro e ao longo de alguns dos seus tributários, como o Içana, a população fala línguas diferentes ligadas à família Arawak. Ao longo do Uaupés e seus afluentes, como também ao longo dos altos tributários do Apaporis, existem diferentes grupos locais falantes de diversas línguas pertencentes à família

Tukano<sup>2</sup>. Na grande área compreendida entre o Guaviare e o Japurá, existem, pelo menos, seis diferentes grupos de línguas faladas pelos nômades Maku. Finalmente, em toda a extensão do Negro e também ao longo dos seus afluentes, existem falantes do Nheengatú ou “língua geral” (Figura 5).

Por volta do século XVII o curso principal do rio Negro era muito provavelmente ocupado, em grande parte da sua extensão, por populações falantes das línguas Arawak (NIMUENDAJÚ, 1982). Entre os atuais falantes do Nheengatú, há grupos indígenas, como os Baré e os Warekena, que são conhecidos por terem sido anteriormente falantes de línguas Arawak substituindo-as pelo Nheengatú, em decorrência da escravidão, das atividades missionárias e da pressão exercida pelo ciclo da borracha (MEIRA, 1991, 1993). Até o século XIX, o Nheengatú era amplamente usado como língua franca na Amazônia e em outras áreas interioranas em todo o Brasil. O rio Negro é uma das poucas áreas do Brasil onde esta língua ainda é falada. Este fato é interessante porque o rio Negro nunca foi ocupado por falantes aborígenes de línguas Tupi.

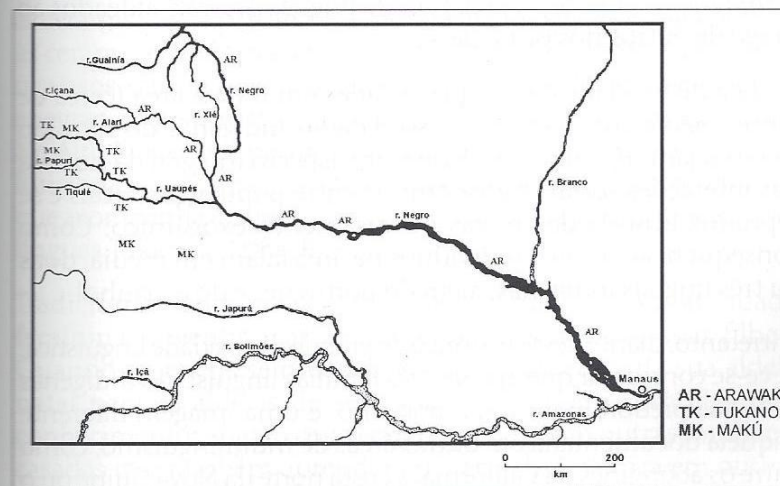


Figura 5. Distribuição de línguas indígenas na Bacia do Alto Rio Negro.

<sup>2</sup> O Apaporis não deságua na bacia do rio Negro, sendo um dos principais tributários do Japurá/Caquetá. Entretanto, alguns de seus afluentes, como o Pirá-Paraná, são considerados como parte da área cultural da bacia do Alto Rio Negro.

A substituição lingüística parece ser um processo comum no Alto Rio Negro. O que é significativo é que nem sempre as línguas indígenas foram substituídas por línguas nacionais ou coloniais. O caso dos Tariana – um grupo cuja história será discutida adiante – proporciona, por exemplo, um exemplo de substituição de uma língua Arawak por uma língua Tukano. Este processo já estava bem avançado quando Nimuendajú visitou o alto rio Negro na década de 20 (NIMUENDAJÚ, 2000, p. 358). Atualmente, dentre as diversas línguas do médio e baixo Uaupés, a língua Tariana é falada somente nas comunidades de Periquito e Santa Rosa, localizadas a montante de todas as outras. Curiosamente, ambas aldeias estão localizadas próximo a entrada de trilhas que ligam os falantes de línguas Tukano do Uaupés aos falantes de línguas Arawak do Içana (NEVES, 2000, Cap. 4).

Apesar dos processos de mudança, a distribuição de línguas indígenas no alto rio Negro segue um padrão definido. A região de interflúvio da margem oeste é ocupada por falantes da língua Maku. No Uaupés e nos seus principais afluentes, há um bloco de grupos da família lingüística Tukano, rodeado por um cinturão formado por populações falantes das línguas Arawak, aldeados ao longo de outros rios principais.

Dada a diversidade das línguas faladas em toda a área (cerca de vinte), não é surpresa que as sociedades indígenas do Alto Rio Negro sejam multilíngues. Esse é um aspecto integral da riqueza das interações sociais e econômicas entre populações locais e se reproduz através das regras do casamento exogâmico. Como conseqüência, muitos indivíduos na área falam em média, duas ou três línguas indígenas, além do português e do espanhol.

Entretanto, diante desse histórico de grande diversidade lingüística, deve-se considerar que apenas três famílias lingüísticas indígenas distintas predominam. Esta, portanto, é uma imagem diferente daquela documentada em outras áreas de multilinguismo, como entre os aborígenes da Califórnia, a costa norte da Nova Guiné ou o alto Xingu na Amazônia meridional. Nestas áreas, existem, ou existiram, situações de diversidade lingüística regional, com um número muito maior de línguas de famílias lingüísticas não relacionadas. No Uaupés, ao contrário, todas as línguas faladas – com exceção do Maku – são da família Tukano. O mesmo é válido para o Içana, onde todas as línguas faladas são estreitamente

cognatas dentro da família Arawak. Portanto, o grau de diversidade lingüística que fundamenta este sistema de multilinguismo regional não é tão estruturalmente profundo como poderia parecer à primeira vista, um fato de importante implicação histórica, significando que o processo de diversidade lingüística ocorreu *in situ* e não em outro local (NEVES, 1999).

#### A ANTIGÜIDADE DO SISTEMA REGIONAL

Como ocorre em diferentes locais do planeta, a Arqueologia Amazônica apoia-se na análise e comparação de conjuntos de cerâmicas distribuídas no tempo e no espaço como ferramentas para entender a dinâmica cultural do passado.

Na bacia do Alto Rio Negro, a cerâmica ainda é produzida para uso próprio ou para venda. No total, existem dois estilos de cerâmica na área: ao longo do rio Içana – área ocupada por diferentes grupos Baniwa, do tronco lingüístico Arawak – são encontradas cerâmicas temperadas com cariapé, em formas abertas e fechadas, com decorações pintadas em vermelho sobre fundo creme, branco ou diretamente sobre a superfície. No Uaupés, ocupado pelos Tukano, as cerâmicas compartilham a mesma tecnologia e formas comuns às cerâmicas do Içana, mas com decoração diferente: neste caso, os vasos são pretos ou marrons, devido ao uso de resinas que enegrecem a superfície (KOCH-GRÜNBERG, 1909, p. 225-232). No Alto Rio Negro, portanto, a variabilidade cerâmica realmente funciona como um correlato da variabilidade lingüística, uma vez que acompanha a principal divisão lingüística ali encontrada, entre línguas Tukano e Arawak.

Tradicionalmente, a produção de cerâmica é uma atividade feminina, engenho e arte ensinados pelas mães às suas filhas. Quando as jovens se mudam, após o casamento, da sua aldeia natal para as aldeias de seus maridos, trazem com elas esse conhecimento. Ali irão conhecer e conviver com outras mulheres casadas que também aprenderam a arte da cerâmica em outros locais. Este movimento constante de mulheres no tempo e no espaço, e o conhecimento que elas trazem, se desenvolverá em uma padronização na produção de cerâmica. Dado que a exogamia é uma característica essencial subjacente às interações regionais na bacia do Alto Rio Negro, um modo potencial para avaliar as origens cronológicas deste sistema poderia ser a identificação, nos



registros arqueológicos, dos primeiros sinais de fabricação de cerâmicas similares às cerâmicas atualmente produzidas pelos Tukanos e Baniwa.

As primeiras datas conhecidas para a produção de cerâmica na bacia do rio Negro concentram-se por volta do início do primeiro milênio da era cristã. É, no entanto, no período entre o século IV ao século XVI AD, que uma seqüência melhor definida pode ser identificada. Esta seqüência abrange, no Baixo Rio Negro, três diferentes unidades culturais: as fases Manacapuru e Paredão e a sub-tradição Guarita (HECKENBERGER *et al.*, 1999; NEVES, 2000). Cerâmicas Guarita foram produzidas ao longo da bacia do rio Negro - desde Manaus a quase São Gabriel da Cachoeira - até o século XVI, época do início da colonização européia. É seguro admitir a existência de uma correlação entre as cerâmicas Guarita e as populações Arawak, uma vez que, por volta do século XVI, a maior parte dos principais cursos do rio Negro parece ter sido ocupada como os Tarumã, Manao e Baré, falantes de línguas Arawak (NIMUENDAJÚ, 1950).

Vasos Guarita são decorados com pintura policroma (vermelho ou vermelho e preto sobre branco) e incisões modeladas (HECKENBERGER *et al.*, 1999; HILBERT, 1968; SIMÕES, 1974; SIMÕES; KALKMANN, 1987). São temperados com cariapé, da mesma maneira que os vasos contemporâneos dos Baniwa e dos Tukano. Além das técnicas produtivas, há também uma típica semelhança entre as formas gerais dos vasos contemporâneos dos Baniwa e dos Tukano e as formas de alguns vasos Guarita. É provável que essas semelhanças indiquem redes sociais mais amplas no passado, além dos limites do Alto Rio Negro, incluindo as partes baixa e média da bacia.

#### A TRADIÇÃO ORAL TARIANA E SEUS CORRELATOS ARQUEOLÓGICOS

Uma característica definidora do sistema regional Uaupés é a sua flexibilidade: grupos externos podem ser incorporados a este sistema através do casamento ou do estabelecimento de relações de reciprocidade. Uma estimativa mínima sobre a antigüidade deste sistema pode, neste sentido, ser fornecida através da data da chegada e incorporação do último grupo indígena na área. Entre os Tukano do baixo Uaupés, existe um consenso de que os Tariana foram o último povo indígena a ocupar a área, o que é expresso na tradição

oral de ambos os grupos, Tukano e Tariana, já registrada por viajantes que estiveram no Uaupés no final do século XIX (AMORIM, 1926).

Em princípios da década de 90 do século XX os Tariana estavam aldeados em treze povoados no baixo e médio Uaupés e no baixo Papuri (NEVES, 1998, p. 199). Entretanto, esta não é uma área exclusiva de ocupação Tariana já que também se encontram povoados ocupados pelos Arapaço, Pira-Tapuia e Tukano. À primeira vista, os Tariana parecem similares aos outros grupos do Uaupés. Eles são exogâmicos e internamente divididos em *sibs* hierárquicos, falam a língua Tukano e costumavam construir malocas; sua cerâmica era similar à cerâmica de outros grupos Tukano e habitavam o centro da bacia do Uaupés - área localizada entre as cachoeiras Ipanoré e Iauareté (BRÜZZI, 1962; COUDREAU, 1886; LOPES DE SOUSA, 1959; MCGOVERN, 1927; WALLACE, 1905). De acordo com a religião dos Tukano a cachoeira de Ipanoré é o local de onde surgiu a humanidade após uma longa viagem no interior de uma cobra grande. Entretanto, é também consensual que os Tariana são uma antiga população falante do Maripuran Aruák, que emigrou de seu local de origem na bacia do Içana-Aiarí para o Uaupés, um evento narrado em sua tradição oral (AMORIM, 1926; CHERNELA, 1993; S. HUGH-JONES, 1981; MOREIRA E MOREIRA, 1994; STRADELLI, in CASCUDO, 1967).

Conforme ocorreu com outros grupos Arawak do Alto Rio Negro e alto Orinoco, os Tariana localizam suas origens em outro local, nas cachoeiras do Uaupuí, no rio Aiarí. Ao invés de ver-se saindo do interior de um ancestral anaconda, os Tariana registram suas origens a partir de um raio que atingiu a cachoeira de Uaupuí, não muito distante do médio Uaupés. Ela pode ser alcançada a pé, através de uma das trilhas terrestres que atravessam toda a região e fazem a ligação das bacias do Uaupés e Içana.

Atualmente a língua Tariana está quase desaparecida. É falada somente em duas povoações - Periquito e Santa Rosa - no médio Uaupés, ambos ligados a ramificações da trilha que atravessa a região de interflúvio do Aiarí-Uaupés. O processo de substituição da língua Tariana pela Tukano já estava bem avançado no início do século XX, quando Theodor Koch-Grünberg e Curt Nimuendajú, viajaram pela área. Atualmente, com exceção dos povoados acima mencionados os Tariana não falam mais a língua dos seus ancestrais.

O conhecimento dos Tariana sobre seu passado é registrado em uma rica tradição oral, que foi recolhida por antropólogos, missionários e índios desde o final do século XIX. O conjunto de narrativas coletadas por Antonio Brandão de Amorim indica que quando os Tariana ocuparam o baixo Uaupés, às proximidades da área do Iauareté, grupos falantes de distintas línguas Tukano (Tukano, Uanano e, provavelmente, Pira-Tapuio) já habitavam a área. A tradição oral dos Uanano indica que os Tariana lutaram com esses grupos e parcialmente os deslocaram por ocasião da sua migração (CHERNELA, 1993, p. 24). Alguns autores sugerem, ao contrário da tradição oral Tariana, que a ocupação Tariana ocorreu do baixo para o médio Uaupés, mas essa hipótese parece improvável. A rota sugerida por Chernela envolve uma jornada muito mais extensa, ao longo de todo caminho fluvial que passa pelo Aiarí, Içana, Negro, e Uaupés. A tradição oral Tariana também não é totalmente aceita por S. Hugh-Jones (1981). Em suas palavras: "não parece haver razão importante para acreditar na sua tradição (Tariana) sobre a origem nas Cataratas do Uaupuí, e menos razão ainda para negar Brandão de Amorim em relação a tradição Tukano sobre uma origem na área de Manaus". A data da chegada dos Tariana no Uaupés era desconhecida, as datas propostas sugeriam que tal evento deveria ter ocorrido no século XVIII (CHERNELA, 1993, p. 24; S. HUGH-JONES, 1981, p. 42).

Para abordar este problema, é útil examinar o registro da tradição oral Tariana publicado por Antonio Brandão de Amorim, patrão de borracha, e pelo conde italiano Ermano Stradelli, jurista e viajante italiano que viveu na Amazônia até sua morte em 1926. Embora sem prévia formação científica, Brandão de Amorim e Stradelli compartilhavam um interesse comum pelos índios da Amazônia, particularmente pelos índios do Uaupés. Por isso, viajaram muitas vezes pelo rio Negro, por volta do final do século XIX. É provável que esse interesse tenha sido despertado pela influência de Barbosa Rodrigues, naturalista e pioneiro da arqueologia da Amazônia. Ambos compartilhavam também a amizade de Maxilimiliano José Roberto, índio Tariana morador de Manaus, e que com eles viajou os quase 1.000 km que separam Manaus de Iauareté, através dos rios Negro e Uaupés.

As narrativas coletadas por Brandão de Amorim nas décadas de 1880 e 1890 foram publicadas postumamente em 1926 na *Revista*

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em um volume bilingüe de 426 páginas, intitulado "Lendas em Nheengatu e Português". As narrativas de particular interesse são: "Guerra de Buopé" (AMORIM, 1926, p. 11-22); "Origem dos Uananos" (AMORIM, 1926, p. 37-46); "Os Uananos" (AMORIM, 1926, p. 47-53) e "Guerra dos Uananos" (AMORIM, 1926, p. 57-78). Essas narrativas contêm detalhadas informações sobre locais de antiga ocupação Tariana no Uaupés. Os topônimos referidos nas "Lendas" são os mesmos utilizados atualmente na região, mais de cem anos depois das viagens de Brandão de Amorim. O interesse para a arqueologia é grande: tais locais podem ser visitados e potencialmente escavados.

Entre as narrativas apresentadas nas "Lendas", quatro relatam eventos especificamente associados à ocupação Tariana do médio e baixo Uaupés, bem como aos feitos de Buopé, seu líder nesse processo. De fato, a semelhança entre o topônimo "Uaupés", o etnônimo Buopé, como em Wright, (1992) e o nome próprio "Buopé" não é certamente coincidência. As quatro narrativas confirmam também que, quando os Tariana ocuparam o médio e baixo Uaupés, os índios Uanano – falantes de uma língua Tukano – já estavam ali assentados (AMORIM, 1926, p. 47). Os Uanano ainda ocupam diversas aldeias no médio Uaupés (CHERNELA, 1993).

"Guerra de Buopé" é uma explicação para o conflito havido entre os Tariana e os povos Uanano e "Arara". Não há qualquer grupo no Uaupés hoje conhecido como "Arara". Brandão de Amorim (1926, p. 15) relata que os Arara costumavam ser cunhados dos Uanano. Relata também (1926, p. 17), o fato dos Uanano pedirem ajuda aos Arapaço, Desana, Cubeo e Tukano. Poderiam os Arara ser um subgrupo de um desses grupos? Curiosamente, os Pira-Tapuia, outro grupo localizado no baixo Uaupés, não são mencionados por Brandão de Amorim. Os Pira-Tapuya atualmente não casam com os Uanano, mas suas línguas são estreitamente relacionadas.

Por ocasião dos conflitos, os Tariana, sob a liderança de Buopé, já estavam aldeados na região de Iauareté, onde permanecem até hoje. O conflito teve início quando os Tariana mataram as mulheres Arara, porque elas insistiam em olhar os ritos secretos do culto do Jurupari praticados pelos homens todas as noites na floresta. Em represália, uma pessoa do grupo dos Arara matou o filho de Buopé quando ele estava procurando mel na floresta. Os Tariana então lançaram um ataque sobre a aldeia dos Arara,

localizada no Uaupés, a dias de viagem rio acima. Esse ataque resultou na destruição de todos os Arara, menos um homem. Este sobrevivente contou aos Uanano o acontecido com os Arara, o que os incitou a lançar um ataque aos Tariana. Para se defender os Tariana construíram uma aldeia, contornada por paliçadas defensivas compostas por trincheiras preenchidas por paus afiados, em um local no interior da floresta. Esse local é conhecido como “serra do Jurupari”. De lá, os Tariana eventualmente derrotaram seus inimigos.

Paliçadas defensivas parecem ter sido muito comuns na bacia do alto rio Negro no passado. Goldman (1963), relata que a tradição oral Cubeo se refere a elas. Chernela (1993, p. 23) declara que: “segundo relatos de informantes Wanano, os ataques de surpresa e os conflitos armados eram tão fortes que muitos povoados no Aiarí, afluente dos rios Içana e Uaupés, eram circundados por cercas apontadas”. Apesar da probabilidade dos ataques de surpresa terem aumentado no século XVIII devido ao comércio escravo, os conflitos armados no Alto Rio Negro antecedem à conquista europeia (WRIGHT, 1990). É provável que a guerra fosse um fenômeno comum em toda a bacia amazônica pré-colonial: há evidências arqueológicas de trincheiras de defesa no alto Xingú (HECKENBERGER, 1996, 1998), na área da confluência dos rios Negro e Solimões (NEVES, 2000) e no extremo norte do Amapá (FORDRED-GREEN *et al*, 2001).

Após o episódio da luta na serra do Jurupari, os Tariana estabeleceram relações pacíficas com os Uanano e outros grupos Tukano e começaram a se unir em casamento com eles. A história da “guerra de Buopés” é também referida, sob o ponto de vista dos Uanano, em uma outra narrativa, também presente no volume, chamada de “Guerra dos Uanano”.

A narrativa sobre a guerra faz referência a uma série de topônimos: todos os atuais habitantes da área conhecem a “serra do Jurupari” (local da antiga aldeia Tariana); o “igarapé do Tapuru” (local onde os Tariana jogavam os corpos dos seus inimigos mortos para apodrecerem); as “Caruru cachoeira” (antiga terra natal dos Uanano) e assim por diante.

A possibilidade de identificar e escavar alguns dos assentamentos referidos nas narrativas das antigas guerras Tariana permite duas

importantes contribuições para o entendimento da história do sistema regional do Uaupés. Em primeiro lugar, estabelece a antigüidade da ocupação Tariana do baixo Uaupés. Em segundo lugar, estabelece uma antigüidade mínima para este sistema propriamente dito, uma vez que, conforme declarado na tradição oral, muitos dos grupos Tukano, agora aldeados na área – como os Uanano, Tukano, Cubeo e Arapaço – já habitavam essa área por ocasião da chegada dos Tariana.

### O TESTE ARQUEOLÓGICO

O sítio Fortaleza está localizado no alto de uma colina, aproximadamente 5 quilômetros de distância a oeste da cachoeira de Iauareté, uma localização atípica, já que, à exceção dos Maku, os assentamentos indígenas no Alto Rio Negro estão situados próximo aos rios. Em 1994, o sítio estava coberto por uma capoeira, já que uma roça havia sido aberta ali cerca de dez ou quinze anos antes.

O sítio foi localizado graças ao Sr. Pedro de Jesus Gomes, um velho Tariana. As semelhanças entre a transcrição de Brandão de Amorim e a versão do Sr. Pedro, feita mais de um século depois, foram muito grandes. Sr. Pedro conhecia o local porque havia sido levado ali por seu pai, seu pai pelo seu avô, e assim por diante. Ele disse que não havia cerâmicas visíveis na superfície do local, mas que se poderia ver uma vala, correspondente à trincheira defensiva, em forma de anel, construída pelos Tariana, quando estavam declarando sua guerra contra outros grupos da região. É neste local, pela tradição oral Tariana, onde o herói mítico Buopé, construiu sua fortaleza na serra do Jurupari. Devido ao crescimento da vegetação no local, somente mais tarde foi entendido que a trincheira não formava um círculo contínuo, mas sim que havia duas trincheiras localizadas nas margens oriental e ocidental do sítio, nos locais onde o declive é mais suave. Esta configuração, que é obviamente defensiva, confirma a tradição oral, associando este sítio com antigos conflitos armados.

Após estabelecer o formato e o tamanho das trincheiras, mapeou-se a concentração das cerâmicas enterradas para definir as áreas a serem escavadas. O mapeamento foi feito com 144 tradagens, com espaço de 5 m de distância entre cada uma, ao longo de mais de 700 m de cortes transversais abertos através da floresta. As tradagens

ajudaram a identificar a frequência dos restos de cerâmica, todos enterrados a uma profundidade de 20 cm ou mais. Os testes indicaram que havia maior concentração de fragmentos na periferia do sítio onde a declividade do terreno é maior que na parte central que é plana. Esta configuração segue as previsões feitas por DeBoer e Lathrap (1979) a partir de trabalhos entre os Shipibo do rio Ucaiyali. Na Amazônia Equatorial, Stahl e Zeidler (1990), chegaram à mesma conclusão, neste caso através da análise de distribuição de resíduos de micro-fauna. Tal estrutura certamente, era resultante do processo contínuo de limpar a casa e jogar o lixo fora das áreas residenciais durante o tempo de ocupação do povoado.

A área central limpa – que corresponde também ao topo plano da colina – é o local onde a antiga maloca Tariana era localizada, enquanto as áreas periféricas, onde havia maior densidade de restos de cerâmica, eram as áreas de despejo, embora não tenham sido identificados no sítio buracos de esteios ou outras evidências indicativas da construção de antigas malocas. Considerando que a área plana no centro do sítio mede aproximadamente 70 m por 30 m na sua parte mais larga e longa, as malocas lá construídas não mediriam mais do que 50 m por 15 m, o que indica uma estrutura de aproximadamente 750 metros quadrados. Com base nos testes da pá foram escolhidos oito locais do sítio onde seriam feitas escavações para abertura de poços-teste e trincheiras.

Os resultados da escavação indicam que a Fortaleza é um sítio de uma única ocupação, suposição que foi justificada por uma série de variáveis independentes. Em primeiro lugar, há a tradição oral Tariana: se ela é bastante precisa para combinar com os topônimos, a presença de trincheiras no sítio e sua localização, é também plausível supor que o sítio foi ocupado apenas durante os conflitos entre os Tariana e os grupos Tukano locais, como está implícito na tradição oral. Em segundo lugar, a posição atípica do sítio, localizado bem no interior da floresta, distante dos principais rios, confirma essa escolha. Baseado nisso, deduzo que foi ocupado por um curto período, talvez alguns meses. Em terceiro lugar, há a homogeneidade e a baixa densidade das cerâmicas recuperadas durante a escavação. Finalmente, as datas de <sup>14</sup>C obtidos de material carbonizado indicam que a Fortaleza foi ocupada no fim do século XIV até o início do século XV AD.

As conclusões acima fornecem um parâmetro cronológico, a partir do qual um esboço, ainda bastante geral, da história dos povos indígenas do médio e baixo Uaupés ao redor do início da colonização européia. Tal esboço é apresentado a seguir.

#### ESBOÇO DA HISTÓRIA DOS POVOS DO ALTO RIO NEGRO, DESDE O ANO 1000 DC ATÉ O PRESENTE

O uso combinado da tradição oral indígena com a pesquisa arqueológica e a evidência lingüística mostra que o sistema regional do Alto Rio Negro é de origem pré-colonial. Ao contrário de outras áreas da Amazônia, a conquista européia não estimulou a compressão da população do Alto Rio Negro em áreas de refúgio. Em vez disso, uma das conseqüências da conquista européia na bacia do Alto Rio Negro foi a expansão de alguns grupos anteriormente localizados, falantes do Tukano, para áreas mais extensas. Com base nesse fato, sugiro que mesmo em face das mudanças demográficas, sociais e culturais provocadas pela conquista, o sistema regional do Alto Rio Negro é estruturalmente similar ao que era antes do século XVI. Isso é explicado pela dinâmica da mudança social no Alto Rio Negro que foi estruturalmente condicionada pelas categorias culturais indígenas, tanto antes como depois da conquista.

No início do século XV DC o Papuri e o médio Uaupés já eram ocupados por grupos da família lingüística Tukano há centenas de anos, tempo suficiente para a ramificação do Cubeo, como uma língua muito diferente no âmbito da família Tukano (WALTZ; WHEELER, 1972). O médio Uaupés, no seu curso inferior, era ocupado pelos Uanano e no seu curso superior pelos Cubeo. Nessa época o Pira-Tapuya e o Uanano não eram línguas distintas. Embora seja difícil neste ponto fornecer uma estimativa para a ocupação inicial do médio Uaupés por grupos falantes do Tukano, a evidência lingüística indica que as primeiras populações Tukano, provavelmente não migraram de algum lugar mais abaixo no rio Negro. Se tivessem migrado, isso teria acontecido muito antes do início do processo de diferenciação das mais de quinze línguas Tukano locais, visto que este processo ocorreu localmente (NEVES, 1999).

O rio Papuri é a área de ocupação ancestral da maioria dos Tukano. No século XV DC, alguns desses grupos não eram lingüisticamente diferenciados como o são hoje. Esse foi provavelmente o caso

dos Bará e Tuyuka; dos Desana e Siriano; e dos Karapanã e Tatujo. Esses grupos eram territorialmente baseados ao longo de trechos do Papuri e seus afluentes. Os Tukano eram baseados no Turígarapé, os Desana no igarapé Macucú etc. Esses povos agricultores de mandioca e pescadores mantinham contatos regulares entre si e outros grupos do Noroeste Amazônico através de longas trilhas terrestres. Os padrões de assentamento eram similares aos documentados entre os Uanano contemporâneos; os *sibs* de alta linhagem ocupavam as áreas a jusante enquanto os *sibs* de baixa linhagem ficavam aldeados a montante (CHERNELA, 1993).

As aldeais nessa época não eram significativamente maiores do que são hoje porque o crescimento populacional era controlado graças à abstinência sexual e infanticídio (REICHEL-DOLMATOFF, 1971). Por outro lado, apesar da mandioca ser uma fonte segura de alimentação, a tarefa de abrir novas roças com machados de pedras na terra firme era muito mais difícil. Assim, a silvicultura com o cultivo de perenes como pupunha (*Bactris gasipae*), açai (*Euterpe oleracea*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*) e o japurá (*Erisma japura*) – cujos conteúdos calóricos são altos e podem ser plantadas em quintais ou pomares – era até mais confiável como fonte de alimento naquela época do que é hoje. As dificuldades envolvidas na abertura de novas roças, a distribuição heterogênea de recursos e a existência de territórios de grupos bem definidos eram fatores que diminuía a mobilidade grupal, estimulando a ocupação contínua das mesmas localidades durante gerações.

Naquela época, os princípios da aliança matrimonial através de casamentos preferenciais com primos cruzados, já estavam em prática. Assim, a exogamia lingüística não era uma característica tão visível, uma vez que os casamentos deviam se realizar entre indivíduos que viviam em aldeias localizadas a pouca distância entre si. Atualmente, com a dispersão dos Tukano por uma área maior que antes do século XVI, casamentos são por vezes realizados entre indivíduos que residem a grandes distâncias entre si.

A abdução de mulheres devia ser também uma prática comum, constituindo uma causa importante de conflitos armados. A ocorrência periódica de conflitos armados, juntamente com a necessidade de defesa contra os ataques dos Baniwa do Içana, levaram à construção de aldeias protegidas por trincheiras armadas com cercas de madeiras afiadas. Alguns desses povoados não foram

ocupados por longos períodos, mas apenas por motivo de defesa em tempos de guerra.

A região interiorana, entre os principais rios já era ocupada pelos Maku. O padrão de patronato e peonagem hoje verificada entre os ribeirinhos Tukano e os Maku da região interiorana já deveria prevalecer. Essa era, no entanto, uma interação dinâmica sendo que alguns grupos Maku se incorporavam entre os Tukanos como *sibs* de baixa hierarquia.

O baixo Uaupés e o baixo Tiquié eram etnicamente mais heterogêneos, uma vez que eram ocupados por grupos Tukano e Arawak, compondo o tipo de fronteira étnica proposto por Wright (1992). A presença Arawak crescia no baixo Uaupés, em direção ao Negro, ao ponto de, ao longo do próprio Negro, não haver grupos Tukano. Entre os grupos Tukano que ocupavam esta fronteira étnica no baixo Uaupés, havia pelo menos os Arapaço e Mirití-Tapuia, ambos atualmente compostos por populações muito pequenas. É provável que outros grupos, relatados na tradição oral dos Tukano como posteriormente desaparecidos, como o *sib* de alta hierarquia Wauro, tivessem ocupado também esta fronteira dinâmica. A identificação dos grupos Arawak que ocupavam o baixo Uaupés é mais difícil, uma vez que há, com exceção de Meira (1991), poucas pesquisas sobre o tema. Com base nas evidências históricas e lingüísticas disponíveis, sugiro que o baixo Uaupés foi ocupado por grupos ligados aos Baré ou aos Uarequena. Nesta época, as outras partes da bacia do Alto Rio Negro – os rios Negro, Içana, Xié e Guainía – eram ocupadas por diferentes grupos Arawak há centenas de anos. No baixo Uaupés, cerâmicas pertencentes à Tradição de Linhas Paralelas escavadas no sítio Marabitana I, datadas de cerca de 2.500 anos atrás, sugerem que a ocupação Arawak dessa área pode remontar, pelo menos, àquela época (NEVES, 2000, Cap. 6; ZUCCHI, 1993).

No início do século XV AD, um grupo de ancestrais dos Tariana desceu do rio Aiari para o Uaupés. Os Tariana eram provavelmente um *sib* ou grupo de *sibs* pertencentes aos grupos Baniwa do Içana e Aiari. Eventualmente os Tariana ocuparam a área em torno da cachoeira de Iauareté e do baixo Papuri, área que ocupam desde então. Iauareté está atualmente localizado na margem leste do Uaupés. Antes da construção da Missão Salesiana, em fins da década de 20, sua localização ficava na margem oeste do Uaupés,

adjacente à foz do Papuri, local hoje conhecido como Santa Maria (LOPES DE SOUSA, 1956; MCGOVERN, 1927; WALLACE, 1905). Portanto, é provável que as primeiras ocupações Tariana na área de Iauareté tenham sido no local da atual aldeia de Santa Maria.

Para chegar à área de Iauareté os Tariana precisaram atravessar o território Uanano, no médio Uaupés. Por esse motivo há muitas referências a conflitos entre os Tariana e os Uanano no registro das narrativas coletadas por Brandão de Amorim. A ocupação Tariana da área de Iauareté gerou os conflitos relatados em "Guerra de Buopé". Conforme anteriormente descrito, o conflito dos Tariana contra os Arara e os Uanano foi gerado por brigas sobre as mulheres (Buopé ordenou a morte das mulheres Arara que insistiam em conhecer os segredos dos ritos de Jurupari, prerrogativa masculina). Estas narrativas indicam que no início do século XV d.C., após a construção das estruturas defensivas na serra do Jurupari, os Tariana já estavam incorporados ao sistema regional, uma vez que estavam casando com mulheres Arara. Eventualmente, com a cessação das hostilidades, os Tariana se aldearam novamente ao redor de Iauareté e começaram a casar-se com mulheres Uanano e Tukano, entre outras. Nessa época, ainda não havia ocorrido a substituição da língua Tariana pela língua Tukano.

A ocupação Tariana da área de Iauareté permaneceu razoavelmente estável durante as primeiras décadas da conquista européia. Próximo ao final do século XVII, entretanto, a demanda por escravos índios, tanto no baixo Amazonas como na costa da Guiana, incentivou o aumento de conflitos armados entre grupos indígenas. A tradição oral Tariana relata que eles estavam engajados na periferia dessa rede de comércio, capturando índios Maku e Tukano para vender a outros grupos indígenas intermediários. É provável que o papel dos Tariana na rede de tráfico escravo tenha sido destacado pelo seu controle estratégico da área de Iauareté o que lhes permitia acesso tanto ao Papuri como ao médio Uaupés. O baixo Uaupés e o Tiquié eram ocupados pelos Arapaço o Mirití-Tapuia, hoje reduzidos a populações pequenas. Há cerca de dez anos, existiam apenas quatro aldeias Arapaço no baixo Uaupés, desde a cachoeira de Urubuquara à cachoeira de Iauareté: São José, Jebari, Loiro e Paraná Jucá. As outras aldeias desta área são Tariana ou dos Pira-Tapuia. Entretanto, a tradição oral Arapaço mostra que este era o seu território tradicional, antes de serem quase totalmente eliminados

por um suicídio coletivo que ocorreu quando se atiraram em um imenso buraco com resina fervente em seu interior. Segundo a tradição oral, este local ficava próximo à cachoeira de Urubuquara. Os únicos que escaparam foram duas crianças que, depois se tornaram responsáveis pela reconstrução da sociedade Arapaço.

Não seria apropriado fornecer uma ampla análise deste mito no presente trabalho, mas pode-se tentativamente correlacioná-lo com o trauma infringido sobre os Arapaço, devido ao comércio escravo. A partir do século XVIII alguns grupos, cujos territórios originais estavam localizados rio acima do Uaupés e do Papuri, começaram a se deslocar rio abaixo para o local do antigo território Arapaço: a área localizada entre as cachoeiras de Iauareté e Urubuquara. Os Tariana foram um desses grupos. Um processo similar ocorreu no baixo e médio Tiquié: grupos originalmente aldeados no Papuri, como os Tukano e os Desana, começaram a se deslocar através de trilhas para se assentar ao longo das margens do Tiquié.

A partir do final do século XVIII a distribuição de grupos linguísticos no Uaupés permaneceu basicamente similar ao que é hoje. Os grupos Arawak do baixo Uaupés foram inteiramente exterminados, enquanto que alguns grupos falantes do Tukano, como os Arapaço e os Mirití-Tapuia também quase o foram. Estas áreas esvaziadas foram mais tarde ocupadas por diferente grupos da família linguística Tukano, cuja origem histórica remonta ao Papuri. As principais exceções são os Uanano e os Cubeo que permaneceram em seus territórios tradicionais, localizados bem acima da cachoeira de Iauareté. Este pode ser o motivo pelo qual os Uanano são um dos poucos grupos Tukano que, na realidade, seguem o ideal de padrão de assentamento através do qual os assentamentos dos *sibs* de alta linhagem são localizados rio abaixo (CHERNELA, 1993). Entre os outros grupos que não permaneceram em seus territórios ancestrais e se mudaram para territórios esvaziados no Tiquié e no baixo Uaupés, atualmente não ocorre este comportamento territorial.

Os Tariana fornecem um bom exemplo desse processo. A atual distribuição de aldeias em seu território mostra um padrão em que os *sibs* de baixa hierarquia ficam localizados em Urubuquara e Ipanoré, rio abaixo, distantes das aldeias dos *sibs* de alta hierarquia, situados ao redor de Iauareté. A tradição oral relata que esses aldeamentos rio abaixo foram inicialmente ocupados

pela população Tariana originária da área do Iauareté e baixo Papuri. Laureano Vasconcellos, cantor (Bayá) e ancião da aldeia de Urubuquara, relata que 8 malocas foram construídas pelas gerações de seus antepassados que deixaram o povoado de Japurá, no baixo Papuri, até que eventualmente se aldearam no Urubuquara. Levando em consideração que Urubuquara já era ocupado pelos Tariana na época das viagens de Coudreau na década de 1880, e considerando a estimativa conservadora de uma geração (20 anos) para a expectativa de ocupação de cada maloca, chega-se a 160 anos – ou a uma data por volta de 1720 DC – para o período em que os Tariana começaram a se deslocar do baixo Papuri em direção ao baixo Uaupés. O movimento dos Tariana rio abaixo é também relatado por Brandão de Amorim (1926) em “Guerra de Buopé”. Na narrativa o movimento ocorreu após a morte de Buopé como consequência de uma briga entre seus filhos.

Embora tenha sido contínua desde então, a ocupação dessa área pelos Tariana e por outros grupos sofreu um forte retrocesso devido à “economia do terror” (TAUSSIG, 1987) característica do ciclo da borracha no final do século XIX e início do século XX. Na época das viagens de Nimuendajú, na década de 1920, o apogeu do ciclo da borracha já havia passado, mas as consequências da sua violência podiam ser sentidas, por exemplo, em seus freqüentes comentários sobre a relutância dos índios e o medo de estabelecer contatos com ele (NIMUENDAJÚ, 1950). Assim, quando os missionários Salesianos chegam ao Uaupés, também na década de 1920, foram bem acolhidos pelos índios devido a proteção que trouxeram contra os abusos dos patrões da borracha. No baixo Uaupés, uma das políticas dos missionários era trazer os índios escondidos de volta para povoados maiores ao longo do rio principal.

Após Koch-Grünberg e Nimuendajú, os índios do alto rio Negro abandonaram a “história” para entrar na “etnografia”. As etnografias mostram como esses povos continuaram bebendo seus caxirís, realizando seus dabucurís, criando seus filhos, mesmo a despeito da forte pressão desagregadora exercida pela conquista. Em outras áreas da Amazônia, onde a escravidão ou a extração da borracha foram menos intensas que no Alto Rio Negro, restam poucas sociedades indígenas organizadas.

## CONCLUSÃO

O estudo de caso apresentado neste texto traz duas contribuições que podem ser relevantes para o estudo das sociedades indígenas da Amazônia, além do contexto do Alto Rio Negro.

A primeira contribuição é metodológica. O exemplo do Alto Rio Negro mostra o potencial de estudo da história das populações indígenas amazônicas sob uma perspectiva de longa duração, com foco no entendimento das mudanças na organização social e política dessas sociedades ao longo de séculos. Tal escala temporal indicaria inicialmente que tal campo de estudo estaria restrito apenas à arqueologia, já que, ao longo de quase dois séculos, a maior contribuição da arqueologia para as humanidades foi o desenvolvimento de métodos voltados para o entendimento de processos históricos de longa duração, a partir do estudo do registro arqueológico, principalmente no contexto de populações ágrafas.

O entendimento da história de longa duração é, no entanto, mais eficiente quando feita sob a perspectiva combinada de diferentes disciplinas, incluindo também a lingüística e a antropologia cultural. Trata-se, de certo modo, de reciclar alguns dos problemas de pesquisa mais caros a correntes aparentemente obsoletas e abandonadas no campo da teoria antropológica: os estudos de áreas culturais na antropologia cultural e os princípios do culturalismo histórico na arqueologia.

Nota-se, na antropologia das terras baixas, uma tendência crescente em refutar modelos generalizantes que pretendam explicar processos sociais a partir de categorias únicas e deterministas (VIVEIROS DE CASTRO, 1996). O modelo de “sociedade de floresta tropical” (LOWIE, 1948) mostra-se incapaz de explicar a variabilidade cultural e política entre as diferentes sociedades indígenas da Amazônia, no presente e no passado, embora Steward (1948), um dos proponentes desse modelo, tenha sido também um proponente de estudos de áreas culturais na Amazônia (STEWART, 1948; GALVÃO, 1960).

Embora aceitassem a necessidade de compreensão dos processos históricos envolvidos no desenvolvimento das formações sociais indígenas agrupadas em diferentes áreas culturais, Steward e Galvão contavam com uma quantidade relativamente pequena de dados para explicar tais processos. Galvão, em sua divisão

clássica de áreas culturais proposta há mais de quarenta anos, via seu projeto como um trabalho preliminar, de organização de dados e "limpeza", de esclarecimento do quadro do conhecimento etnográfico no final dos anos cinquenta, para o posterior estabelecimento de "conexões e interferências históricas para aprofundar as perspectivas temporal e espacial" (GALVÃO, 1979, p. 205).

Atualmente, tal quadro se modificou. Há o já mencionado avanço significativo nos estudos de história indígena, enquanto que na arqueologia nota-se uma perspectiva crítica com relação ao uso indiscriminado de projeções etnográficas para a explicação do registro arqueológico (HECKENBERGER, 1996; NEVES, 1998; ROOSEVELT, 1989). Por outro lado a retomada, no campo teórico da arqueologia, de problemas de pesquisa mais ou menos associadas ao evolucionismo Darwiniano tem indicado a relevância de estudos regionais, feitos com controles cronológicos refinados, onde a mudança possa ser compreendida na escala temporal de gerações (SHENNAN, 2000). Processos políticos locais, como a fissão e a fusão de grupos, a guerra e o isolamento que elas podem provocar, têm conseqüências evolutivas ao criar ou destruir barreiras físicas ou sociais que aumentam ou diminuem a interação e o isolamento reprodutivo.

Na Amazônia tais processos foram amplamente documentados etnograficamente (ver, por exemplo, referências em Neves, 1995), mas sua identificação arqueológica nem sempre é possível, devido ao nível de resolução do registro arqueológico. Em alguns casos, o uso de seriações cerâmicas foi utilizado para estabelecer cronologias locais e, baseado nessas cronologias, explicar processos de fissão e abandono de aldeias (MEGGERS, 1990; MEGGERS; EVANS, 1980). Seria interessante, no entanto, que tais interpretações fossem aferidas por datações absolutas para que o risco de tautologia seja afastado. No caso, da arqueologia, métodos de datação absoluta bastante precisos, como a dendrocronologia poderiam ser utilizados para que cronologias refinadas fossem estabelecidas. O uso de tais métodos é no entanto ainda inviável na Amazônia.

O exemplo do Alto Rio Negro mostra que tal limitação cronológica pode na Amazônia ser de certo modo suprida pela riqueza da tradição oral indígena em locais onde há evidências de continuidade de ocupação entre populações indígenas e

seus ancestrais. Se as sociedades indígenas da Amazônia brasileira passaram por profundas mudanças demográficas, culturais e políticas desde o início da colonização européia, é quase uma surpresa constatar que há evidências desse tipo de continuidade em pelo menos duas áreas distintas além do alto rio Negro: a bacia dos rios Uaçá-Urucauá, no extremo norte do Amapá, ocupada pelos índios Palikur, Galibi e Karipuna e a bacia dos formadores do alto Xingu, no sul da Amazônia – em uma zona de transição entre a floresta tropical e o cerrado.

A segunda contribuição se refere ao entendimento dos padrões de organização política das sociedades pré-coloniais da Amazônia. Os dados do Alto Rio Negro parecem indicar que a guerra tinha um papel catalisador, possibilitando a emergência de lideranças regionais, verticalizando relações sociais, normalmente horizontalizadas, entre grupos que compunham os sistemas regionais. Earle (1997, p. 193) sugeriu a existência de três caminhos, não mutuamente exclusivos, subjacentes ao estabelecimento de chefias: militar, econômico e ideológico. No vale do alto Mantaro, no Peru, no período entre 500 e 1534 AD, a centralização política se constituiu e destituiu como conseqüência da guerra endêmica (EARLE, 1997, p. 121). No caso da Amazônia, a emergência de grandes sítios arqueológicos com terra preta antropogênica, estruturas monumentais e cerâmicas sofisticadas – datadas do início da era Cristã ao século XVI DC – parece ser associada à emergência de cacicados<sup>3</sup>. Há mais de trinta anos Carneiro (1970) havia destacado o papel da guerra na emergência de cacicados. Sua proposição geral parece ser confirmada pelas crescentes evidências de estruturas defensivas espalhadas pela Amazônia, todas aparentemente datadas desde o início da era Cristã até o século XVI. Talvez seja cedo para afirmá-lo categoricamente, mas é provável que os cacicados amazônicos tenham sido cíclicos e descentralizados. Do mesmo modo que os filhos de Buopé brigaram e partiram para criar novos assentamentos, aos episódios de centralização

<sup>3</sup> Cacicados podem ser descritos como "sociedades estruturadas em diferenças hereditárias na posição social, nas quais a autoridade dos chefes se estende a comunidades satélites" (FLANNERY; MARCUS, 2000, p. 2).



política capitaneados por líderes guerreiros devem ter-se sucedido períodos de fragmentação. Isso devido a um conflito básico entre ideologias políticas centralizantes e bases produtivas descentralizadas, arranjadas em torno da família nuclear, características dos modos de produção na Amazônia até os dias de hoje.

Percebe-se, assim, que se a conquista européia provocou profundas modificações sobre os modos de vida das populações indígenas da Amazônia, mantêm-se no presente estruturas antigas, profundas, que têm se reproduzido ao longo dos séculos. Continuidade e mudança são ainda temas fundamentais para a arqueologia amazônica.

#### AGRADECIMENTOS

Grande parte do trabalho de campo no Uaupés foi financiado por fundas da National Science Foundation dos Estados Unidos, processo DBS/9223763. Gostaria de expressar meus agradecimentos ao Senhor Pedro de Jesus, Tariana, da aldeia de Santa Maria, por ter me guiado até o sítio Fortaleza. Agradeço também a Arlindo Maia, Miguel Pena, Ramiro Brandão, Rene e João Falcão, Laureano e Luis Vasconcellos, Floriano Cardoso, Juvêncio Cordeiro, Pedro Ferraz e Eugênio Trindade, que dividiram suas casas, barcos, bom humor e amizade no Uaupés. O trabalho de campo se beneficiou da participação de Astolfo Araújo, Levy Figuti e Paulo Jacob. Robin Wright, da Universidade de Campinas foi quem primeiro chamou minha atenção para os relatos de Brandão de Amorim e sou grato a ele por isso. Richard Hass, curador da Coleção da América do Sul, do Museu Etnográfico de Berlim, gentilmente facilitou o meu acesso às coleções de cerâmica de Koch-Grünberg para o estudo. Partes substanciais desse texto foram publicadas anteriormente em inglês. Agradeço a Louis Forline, Rui Murrieta e Ima Vieira pela paciência, estímulo por publicá-lo neste volume e também por haver providenciado a tradução do original. Agradeço também a Lesley Fordred-Green, Stephen Hugh-Jones, Cristiana Barreto, Colin McEwan, Rui Murrieta e Fabiola Andréa Silva pelas críticas e sugestões sobre o texto.

#### REFERÊNCIAS

- AMORIM, Antonio Brandão de. 1987. Lendas em Nheengatú e Português. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 154, n. 100, p. 9-475. Republicado pelo Fundo Editorial da Associação Comercial do Amazonas, Manaus.
- ÅRHEN, Kaj. 1981. Makuna Social Organization. A Study in Descent, Alliance and the Formation of Corporate Groups in the North-Western Amazon. *Uppsala Studies in Cultural Anthropology*, n. 4.
- ARVELO-JIMÉNEZ, Nelly; BIRD Horacio. 1994. The Impact of Conquest on Contemporary Indigenous Peoples of the Guiana Shield: the System of Orinoco Regional Interdependence. In: ROOSEVELT, Anna (Ed.). *Amazonian Indians from prehistory to the present: anthropological perspectives*. Tucson: University of Arizona Press. p. 55-78.
- BIDOU, Patrice. 1972. Représentations de l'espace dans la mythologie Tatuyo (Indiens Tucano). *Journal de la Société des Américanistes*, v. 61, p. 45-105.
- BIDOU, Patrice. 1977. Naître et être Tatuyo. *Actes du XLII Congrès International des Américanistes*, v. 2, p. 105-120.
- BOOMERT, Arie. 1987. Gifts of the Amazon: "Greenstone" pendants and beads as items of ceremonial exchange in Amazonia. *Antropologica*, v. 67, p. 33-54.
- BUCHILLET, Dominique. 1990. Los Poderes del Hablar: Terapia y agresión chamánica entre los indios Desana del Vaupes brasileiro. In: BASSO, Ellen; SHERZER, Joel (Coords.). *Las Culturas Nativas Lationo Americanas A Traves De Su Discurso*. Quito: ABYA-YALA. p. 319-354.
- BUCHILLET, Dominique. 1992. Os Índios das região do alto rio Negro: história, etnografia e situação das terras. Mato Grosso do Sul: [s.n.]. 82 p.
- CARNEIRO, Robert. 1970. A Theory of the Origin of the State. *Science*, v. 169, p. 733-738.
- CASCUDO, Luís da Câmara. 1967. *Em Memória de Stradelli*. 2. ed. Manaus: Governo do Estado do Amazonas.
- CHERNELA, Janet. 1985. Indigenous fishing in the Neotropics: the Tukanoan Uanano of the blackwater Uaupés River Basin in Brazil and Colombia. *Interciencia*, v. 10, n. 2, p. 78-86.
- CHERNELA, Janet. 1988. Righting History in the Northwest Amazon: Myth, Structure, and History in an Arapaço Narrative. In: HILL, Jonathan D. (Ed.). *Rethinking History and Myth: indigenous South American perspectives on the past*. Urbana: University of Illinois Press, p. 35-49.

CHERNELA, Janet. 1993. *The Wanano Indians of the Brazilian Amazon: a sense of space*. Austin: University of Texas Press.

CORREA, François R. 1980-1981. Por el camino de la Anaconda Ancestral: sobre organización social entre los Taiwano del Vaupés. *Revista Colombiana de Antropología*, v. 23, p. 39-108.

CORREA, François R. Elementos de Identidad y Organización Social entre las Comunidades Indígenas de la Región del Vaupes. *Maguare*, n. 2, p. 97-123, 1983-1984. *Revista del Departamento de Antropología, Universidad Nacional de Colombia*.

COUDREAU, Henri. 1886. *La France Équinoxiale*. Paris: Challamel Ainé, v. 2.

DEBOER, Warren; LATHRAP, Donald. 1979. The making and breaking of Shipibo-Conibo ceramics. In: KRAMER, C. (Ed.). *Ethnoarchaeology: implications of ethnography for archaeology*. New York: Columbia University Press, p. 102-138.

DENEVAN, Willian. 1992. Native American Population in 1492: recent research and revised hemispheric estimate. In: DENEVAN, Willian (Ed.). *The Native Population of the Americas in 1492*. 2. ed. Madison: University of Wisconsin Press. p. 17-38.

DREYFUS, Simone. 1993. Os Empreendimentos Coloniais e os Espaços Políticos Indígenas no Interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613 a 1796. In: CASTRO, E. Viveiros; CUNHA, M. Carneiro (Eds.). *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e Indigenismo - USP, p. 19-41.

EARLE, Timothy. 1997. *How Chiefs Come to Power: the political economy in prehistory*. Stanford: Stanford University Press.

FARAGE, Nádia. 1991. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FLANNERY, Kent; MARCUS, Joyce. 2000. Formative Mexican Chiefdoms and the Myth of the "Mother Culture". *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 19, p. 1-37.

FORDRED-GREEN, Lesley; GREEN, David; NEVES, Eduardo G. 2003. Indigenous knowledge and archeological science: the challenges of public archeology in the Reserva Uaçá. *Journal of Social Archaeology*, in press.

GALVÃO, Eduardo. 1979. Aculturação Indígena no Rio Negro. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, NS, Antropologia*, v. 7, 1959. Publicado postumamente em *Encontro de Sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GALVÃO, Eduardo. 1979. Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900/1959. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, NS, Antropologia*, v. 8, 1960. Publicado postumamente em *Encontro de Sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GALVÃO, Eduardo. 1979. Encontro de sociedades tribal e nacional no rio Negro, Amazonas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, *ACTAS Y MEMORIAS*. 35., Mexico: [s.n.], 1962. p. 392-420. Publicado postumamente em *Encontro de Sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GOLDMAN, Irving. 1984. Tribes of the Uaupés-Caquetá Region. In: STEWARD, J. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington, DC: Bureau of American Ethnology, Smithsonian Institution. (Bulletin, 143).

GOLDMAN, Irving. 1963. *The Cubeo: Indians of the Northwest Amazon*. Urbana: University of Illinois Press.

GOULDING, M.; CARVALHO, M. L.; FERREIRA, E. G. 1988. *Rio Negro: rich life in poor water*. The Hague: SPB Academic Publishing.

HECKENBERGER, Michael. 1996. *War and Peace in the Shadow of Empire: sociopolitical change in the upper Xingu of southeastern Amazonia*. Pittsburg: Department of Anthropology: University of Pittsburg, Unpublished PhD Dissertation.

HECKENBERGER, Michael. 1998. Manioc agriculture and Sedentism in Amazonia: the upper Xingu example. *Antiquity*, v. 72, p. 633-648.

HECKENBERGER, Michael; PETERSEN, James B.; NEVES, Eduardo G. 1999. Village size and permanence in Amazonia: two archaeological examples from Brazil. *Latin American Antiquity*, v. 10, n. 4, p. 533-576.

HILBERT, Peter. 1968. *Archäologische Untersuchungen am Mittlern Amazonas*. Berlin: Dietrich Reimer Verlag.

HILL, Jonathan. 1993. *Keepers of the Sacred Chants. The Poetics of Ritual Power in an Amazonian Society*. Tucson: University of Arizona Press.

HUGH-JONES, Christine. 1979. *From the Milk River: spatial and temporal processes in northwest Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press.

HUGH-JONES, Stephen. 1979. *The Palm and the Pleiades: initiation and cosmology in northwest Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press.

HUGH-JONES, Stephen. 1981. Historia del Vaupés. *Maguare*, n. 1, p. 29-51. *Revista del Departamento de Antropología, Universidad Nacional de Colombia*.

HUGH-JONES, Stephen. 1985. The Maloca: a world in a house. In: CARMICHAEL, E. *et al.* **The Hidden Peoples of the Amazon**. London: British Museum Publications, p. 78-93.

HUGH-JONES, Stephen. 1993. Clear Descent or Ambiguous Houses? A Re-Examination of Tukanaoan Social Organization. *L'Homme*, v. 33, n. 2-4, p. 95-120.

JACKSON, Jean. 1976. Vaupés Marriage: A network system in the northwest Amazon. In: SMITH, C. (Ed.). **Regional Systems**. New York: Academic Press, Social Systems. v. 2.

JACKSON, Jean. 1983. **The Fish People**: linguistic and exogamy and tukanaoan identity in northwest Amazonia. Cambridge: Cambridge University Press.

JORDAN, Carl. 1985. Soils of the Amazon Rainforest. In: PRANCE, G.; LOVEJOY, T. (Eds.). **Amazonia**. Oxford: Pergamon Press. p. 83-94.

JUNK, Wolfgang; FURCH, Karin. 1985. The Physical and chemical properties of Amazonian waters and their relationships with the biota. In: PRANCE, G.; LOVEJOY, T. (Eds.). **Amazonia**. Oxford: Pergamon Press, p. 3-17.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. 1909-1910. **Zwei Jahre unter den Indianer**: reisen in nordwest-bresilien. Berlin: Ernst Wasmuth. 2. v.

LOPES DE SOUSA, Boanerges. 1959. **Do Rio Negro ao Orenoco**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Conselho Nacional de Proteção aos Índios. (Publicação, 111).

LOWIE, Robert. 1948. The Tropical Forests: an introduction. In: Steward, J. (Ed.). **Handbook of South American Indians**. Washington, DC: Bureau of American Ethnology, Smithsonian Institution. p. 1-56, v. 3. (Bulletin, 143).

LYMAN, R. L.; O'BRIEN, Michael; DUNNELL, Robert. 1997. Introduction. In: LYMAN, R. L.; O'BRIEN, Michael; DUNNELL, Robert. **Americanist Culture History**: fundamentals of time, space and form. Nova Iorque: Plenum Press.

MCGOVERN, William Montgomery. 1927. **Jungle Paths and Inca Ruins**: the record of an expedition. London: Hutchinson & Co.

MEGGERS, Betty. Reconstrução do Comportamento Locacional Pré-Histórico na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, NS, v. 6, n. 2, p. 183-203, 1990. (Antropologia).

MEGGERS, Betty; EVANS, Clifford. 1980. Un Método Cerámico para el Reconocimiento de Comunidades Pre-Históricas. **Boletín del Museu del Hombre Dominicano**, ano 9, n. 14, p. 57-73.

MEIRA, Márcio. 1991. Baniwa, Baré, Warekena, Maku, Tukano: os povos indígenas do "Baixo Rio Negro" querem ser reconhecidos. In: **POVOS Indígenas no Brasil 1987/ 88/ 89/ 90**. São Paulo: CEDI. p. 135-140.

MEIRA, Márcio (Org.). 1993. **Livro das Canoas**: documentos para a história indígena da Amazônia. São Paulo: NHII/USP-FAPESP.

MEIRA, Márcio; POZZOBON, Jorge. 1999. De Marabitanas ao Apapóris - Um Diário de Viagem Inédito do Noroeste Amazônico. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Antropologia, v. 15, n. 2, p. 287-335.

MORAN, Emilio. 1991. Human Adaptive Strategies in Amazonian Blackwater Ecosystems. **American Anthropologist**, v. 93, p. 361-382.

MORAN, Emilio. 1993. **Through Amazonian Eyes**. Iowa City: University of Iowa Press.

MOREIRA, Ismael P.; MOREIRA, Angelo B. 1994. **Mitologia Tariana**. Manaus: Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural.

MYERS, Thomas. 1973. Toward the Reconstruction of Prehistoric Community Patterns in the Amazon Basin. In: LATHRAP, D.; DOUGLAS, J. (Eds.). **Variation in Anthropology**. Urbana: Illinois Archaeological Survey, p. 233-252.

NEVES, Eduardo. 2000. **Paths in Dark Waters**: archaeology as indigenous history in the upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon, PhD Dissertation, Department of Anthropology, Indiana University.

NEVES, Eduardo. 1999. Arqueologia, História Indígena e o Registro Itnográfico: exemplos do Alto Rio Negro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 3, p. 319-330. Suplemento.

NEVES, Eduardo. 2000. **Levantamento Arqueológico da Área de Confluência dos Rios Negro e Solimões**. [S.l.]: FAPESP. Relatório de Atividades, jun. 1999 - ago.

NIMUENDAJÚ, Curt. 1950. Reconhecimento dos rios Içana, Ayarí e Uaupés. **Journal de la Societé des Americanistes**, v. 39, p. 125-182.

NIMUENDAJÚ, Curt. 2000. Organização de Clã entre as Tribos do Içana e Uaupés. In: HARTMANN, Thekla. **Cartas do Sertão de Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira**. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia: Assírio & Alvim. p. 357-359.

PIRES, João Murça; PRANCE, Ghilleen. 1985. The Vegetation types of the Brazilian Amazon. In: PRANCE, Ghilleen; LOVEJOY, Thomas (Eds.). **Amazonia**. Oxford: Pergamon Press. p. 109-145.

REICHEL-DOLMATOFF, Gerardo. 1971. **Amazonian Cosmos**. Chicago: University of Chicago Pres.

- REICHEL-DOLMATOFF, Gerardo. 1989. Biological and Social Aspects of the Yuruparí Complex of the Colombian Vaupés Territory. *Journal of Latin American Lore*, v. 15, n. 1, p. 95-135.
- REID, Howard. 1979. *Some Aspects of Movement, Growth and Change Among the Hupdu Makú Indians of Brazil*. Ph.D. Dissertation, Cambridge University.
- RIBEIRO, Berta. 1995. *Os Índios das Águas Pretas: modo de produção e equipamento produtivo*. São Paulo: EDUSP/Comapnhia das Letras.
- RODRIGUES, Lamus. 1958. La Arquitectura de los Tukano. *Revista Colombiana de Antropologia*, v. 8, p. 251-269.
- ROOSEVELT, Anna. 1989. Resource management in Amazonia before the Conquest. *Advances in Economic Botany*, v. 7, p. 30-62.
- ROOSEVELT, Anna. 1993. The Rise and Fall of the Amazonian Chiefdoms. *L'Homme*, v. 32, n. 2-4, p. 255-282.
- SHENNAN, Stephen. 2000. Population, culture history, and the dynamics of culture change. *Current Anthropology*, v. 41.
- SCHMIDT, Peter. 1990. Oral traditions, archaeology & history: a short reflective history. In: ROBERTSHAW, Peter (Ed.). *A History of African Archaeology*. [S.l.]: James Currey. p. 252-270.
- SHORR, Nicholas. 2000. Early Utilization of Flood-Recession Soils as a Response to the Intensification of Fishing and Upland Agriculture: resource-use dynamics in a large tikuna community. *Human Ecology*, v. 28, n. 1, p. 73-107.
- SILVA, Brüzzi Alves da, Alcionílio. 1962. *A Civilização Indígena do Uaupés*. São Paulo: Livraria Salesiana.
- SILVERWOOD-COPE, Peter. 1990. *Os Makú: povo caçador do noroeste da Amazônia*. Brasília: UnB.
- SIMÕES, Mario. 1974. Contribuição à arqueologia dos arredores do baixo rio Negro. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emilio Goeldi*, v. 26, p. 165-200. (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, 5).
- SIMÕES, Mario; KALKMANN, Ana. 1987. Pesquisas arqueológicas no Médio Rio Negro (Amazonas). *Revista de Arqueologia*, v. 4, n. 1, p. 83-116.
- STAHL, Peter; ZEIDLER, James. 1990. Differential bone-refuse accumulation in food-preparation and traffic areas on an early Ecuadorian house floor. *Latin American Antiquity*, v. 1, n. 2, p. 150-169.

STEWART, Julian. 1948. Culture Areas of the Tropical Forests. In: STEWARD, J.; DC, Washington (Ed.). *Handbook of South American Indians*, 3. [S.l.]: Bureau of American Ethnology, Smithsonian Institution. p. 883-903. (Bulletin, 143).

SWEET, David. 1974. *A rich realm of nature destroyed: the Middle Amazon valley, 1640-1750*. Ph. D. Dissertation, University of Wisconsin.

TAUSSIG, Michael. 1987. *Shamanism, Colonialism and the Wild Man: a study in terror and healing*. Chicago: The University of Chicago Press.

TRIGGER, Bruce G. 1978. The Future of Archaeology is the Past. In: *TIME and Traditions: essays in archaeological interpretation*. New York: Columbia University Press.

TRIGGER, Bruce. 1989. *A History of Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.

URBAN, Greg. 1992. A História da Cultura Brasileira segundo as Línguas Nativas. In: CUNHA, M. Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras/FAPESP/SMC. p. 87-102.

VIDAL, Silvia. 1988. *El Modelo del Proceso Migratorio Pre-hispánico de los Piapoco: hipótesis y evidencias*. Tesis (Maestría) – Caracas, CEA-IVIC.

VIDAL, Silvia; ZUCCHI, Alberta. 2000. Los caminos de Kúwai: evidencias de conocimiento geopolítico de las expansiones y migraciones de grupos arawakos. In: HERRERA, Leonor; SCHRIFF, Marianne Cardale de, (Eds.). *Caminos Precolombinos: las vías, los ingenieros y los viajeros*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e História. p. 87-113.

WALLACE, Alfred Russel. 1905. *Travels on the Amazon and Rio Negro*. London: Ward, Lock & Co.

WALTZ, Nathan; WHEELER, Alva. 1972. Proto Tucanoan. In: MATTESON, Esther (Ed.). *Comparative Studies in Amerindian Languages*. The Hague: Mouton. p. 119-149.

WIESSNER, Polly; TUMU, Akii. 1998. *Historical Vines: enga networks of exchange, ritual, and warfare in papua New Guinea*. Washington: Smithsonian Institution Press.

WRIGHT, Robin. 1990. Guerras e Alianças nas Histórias dos Baniwa do Alto Rio Negro. *Ciências Sociais Hoje*, p. 217-236.

WRIGHT, Robin. 1991. Indian Slavery in the Northwest Amazon. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Antropologia*, v. 7, n. 2, p. 149-179.

WRIGHT, Robin. 1992. História Indígena do Noroeste da Amazônia: Hipóteses, questões e perspectivas. In: CUNHA, M. Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras/FAPESP/SMC, p. 253-266.

WRIGHT, Robin. 1994. *For Those Unborn: Cosmos, Self and History in Baniwa Religion*, ms, 301 p.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. 1996. Images of Nature and Society in Amazonian Ethnology. *Annual Review of Anthropology*, v. 25, p. 179-200.

ZUCCHI, Alberta. 1993. Datos recientes para un nuevo modelo sobre la expansión de los Grupos Maipures del Norte. *América Negra*, v. 6, p. 131-148.



## A GÊNESE DAS SOCIEDADES AMAZÔNICAS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

### INTRODUÇÃO

As questões a serem colocadas são de duas realidades distintas, porém intimamente ligadas: a primeira tratará do modo como a evolução das antigas sociedades que se desenvolveram na Amazônia antes do contato, tem sido interpretada; a segunda tratará do modo como os vestígios dessas sociedades vem sendo preservados.

No primeiro caso discutiremos os conceitos teóricos com os quais a formação histórica da evolução sociocultural do homem antigo amazônico é apresentada não só à nós pesquisadores, mas também ao público em geral. Esses conceitos se agrupam em duas categorias: uma de ordem cronológica e outra de ordem cultural. Em resultado destas perspectivas temos uma outra delas derivada, cuja interpretação envolve tanto aspectos cronológicos, quanto aspectos culturais. Como é sabido, esta última é a mais utilizada nas teorias já que, de qualquer modo, na interpretação da história o cronológico e o cultural dificilmente se apresentam puros. Entretanto, o objetivo aqui será mostrar que os conceitos empregados não satisfazem a correta interpretação da história, já que vêm sendo utilizados como instrumentos paliativos frente a uma realidade temporal, em princípio, desconhecida, que é o passado. A divisão cronológica da

<sup>1</sup> Pesquisador da Coordenação de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi (mpm@museu-goeldi.br).